

# CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO DE BASE CONSERVACIONISTA: Conflitos ambientais e sustentabilidade no Mosaico Sertão Veredas Peruaçu

Geraldo Inácio Martins<sup>1</sup>

## Resumo

Este texto busca discutir como o Plano DTBC do MSVP e a proposta de desenvolvimento territorial de base conservacionista enfrentam os problemas ligados à ampliação do agronegócio e os conflitos ambientais, bem como, as alternativas apresentadas para o uso sustentável da natureza no território do mosaico. Para a realização deste trabalho, consideramos o material adquirido ao longo da pesquisa de campo de doutoramento, quando recorremos a entrevistas diretas, fontes técnicas e acadêmicas, bem como, um conjunto de dados relativos às condições ambientais da região do MSVP. A partir das análises destas diferentes fontes, fica claro que a proposta de reconhecimento do MSVP, embasada na ideia de desenvolvimento territorial de base conservacionista, carrega consigo velhos problemas (como por exemplo, o entendimento do desenvolvimento como mero acréscimo de renda) e que ações implementadas via financiamentos públicos não conseguiram engendrar novas lógicas de uso e de apropriação da natureza e nem encontrou alternativas a questão dos conflitos ambientais.

**Palavras-chave:** Conflitos. Conservação ambiental. Mosaicos.

## Introdução

Os Mosaicos de Áreas Protegidas são estratégias de gestão e de desenvolvimento que buscam aliar áreas destinadas à conservação com práticas e usos da natureza às estratégias de desenvolvimento econômico em bases sustentáveis. Enquanto mecanismo de gestão, o reconhecimento dos Mosaicos busca-se integrar as diferentes estratégias, equipamentos e infraestruturas para aperfeiçoar os mecanismos de conservação ambiental. Enquanto mecanismo de desenvolvimento a ideia subjacente é a de tornar a conservação da natureza um instrumento que permita integração entre a sociedade e a natureza, comunidades locais e as alternativas de desenvolvimento.

A ideia dos mosaicos foi formulada, originalmente, no âmbito do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza- SNUC. Segundo este pode-se reconhecer um mosaico quando houver um conjunto de Unidades de Conservação - UCs e outras áreas protegidas próximas ou justapostas com diferentes categorias de manejo. Esta ideia foi ampliada por outros instrumentos legais e o reconhecimento oficial dos mosaicos inicia-se somente em 2005, com o Edital 01 do Fundo Nacional do Meio Ambiente e Ministério do Meio Ambiente.

---

<sup>1</sup> Professor da Universidade Federal de Alagoas. E-mail: [geraldomartine@yahoo.com.br](mailto:geraldomartine@yahoo.com.br)

Os mosaicos reconhecidos por este Edital têm em comum o Plano de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista – Plano DTBC. O Plano DTBC tem como princípio básico apresentar alternativas que aliem conservação ambiental, usos da natureza e desenvolvimento econômico em bases sustentáveis. As estratégias de desenvolvimento devem se adaptar às realidades ambientais e econômicas dos territórios e integrar comunidades locais (camponesas e indígenas) gestores das UCs, Organizações Não Governamentais, Sindicatos, etc.

Dentro deste Edital, em 2009, foi reconhecido o Mosaico Sertão Veredas Peruaçu - MSVP que abrange as regiões Norte e Noroeste de Minas Gerais e o Sudoeste da Bahia. O território do MSVP tem a área total de 1.783,799 hectares (aproximadamente 1.210 km de perímetro), abrange 14 Unidades de Conservação, uma comunidade indígena, aproximadamente 60 comunidades camponesas e dois Assentamentos de Reforma Agrária. O território do MSVP abriga múltiplos usos, desde os típicos das comunidades camponesas, aqueles que restringem qualquer tipo de uso como, por exemplo, as UCs de proteção integral até práticas agrícolas intensas em consumo de natureza, como, por exemplo, o cultivo de soja e capim, atividades de reflorestamento e a pecuária.

Evidentemente que este quadro diverso de usos da natureza é essencial para a configuração de uma série de conflitos ambientais. Nesse sentido, este texto busca discutir como o Plano DTBC do MSVP e a proposta de desenvolvimento territorial de base conservacionista enfrentam os problemas ligados à ampliação do agronegócio e os conflitos ambientais, bem como, as alternativas apresentadas para o uso sustentável da natureza no território do mosaico. Para isso, inicialmente questionamos a própria ideia de desenvolvimento territorial de base conservacionista, principalmente, porque tal inovação teórica não permite enfrentar a conflitualidade empírica do território do mosaico. Em segundo lugar, descrevemos o quadro socioambiental do mosaico e apontamos o desmatamento das UCs e a expansão do agronegócio sobre territórios camponeses como um dos principais elementos para os conflitos ambientais. Por fim, demonstramos como o Plano DTBC coloca e enfrenta a questão dos usos espoliativos da natureza e, sobretudo, qual é o papel deste instrumento diante de um quadro socioambiental de crise.

Para a realização deste trabalho, consideramos o material adquirido ao longo da pesquisa de campo de doutoramento. Para isso, recorreremos a entrevistas diretas, fontes técnicas e acadêmicas, bem como, um conjunto de dados relativos às condições ambientais da região do MSVP. A partir das análises destas diferentes fontes, fica claro que a proposta de reconhecimento do MSVP, embasada na ideia de desenvolvimento territorial de base

conservacionista, carrega consigo velhos problemas (como por exemplo, o entendimento do desenvolvimento como mero acréscimo de renda) e que ações implementadas via financiamentos públicos não conseguiram engendrar novas lógicas de uso e de apropriação da natureza.

### Mosaico Sertão Veredas- Peruaçu

Os Mosaicos de Áreas Protegidas são frações de um território delimitadas estrategicamente para a gestão e desenvolvimento, de modo a aliar a conservação ambiental e o desenvolvimento econômico. É com o SNUC que surge os instrumentos e as orientações legais para o reconhecimento dos Mosaicos de Áreas Protegidas. Segundo o SNUC deve-se haver um mosaico quando existir “um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas” (BRASIL, 2000, s/p). Esta proposta inicial dos mosaicos tem como objetivo promover a gestão integrada e participativa de um conjunto de UCs.

A proposta legal dos mosaicos é regulamentada pelo Decreto nº. 4.340, de 22 de agosto de 2002 (BRASIL, 2002). Tal Decreto estabelece o processo de criação dos Conselhos e suas competências, bem como, coloca os Corredores Ecológicos como espaços integrantes dos mosaicos. Em 2006, foi promulgado o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP, Decreto de nº. 5.758, cujo objetivo foi aprimorar e regulamentar o SNUC, sobretudo, no que se refere à gestão compartilhada e aos mosaicos.

Com o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas a proposta dos mosaicos é ampliada legalmente e aparece mais claramente a relação entre as áreas de conservação ambiental como elementos estratégicos para o desenvolvimento regional sustentável e a valorização da sociodiversidade. Conforme o PNAP (2006) os mosaicos deve considerar os distintos objetivos da conservação e criar os meios para “**o desenvolvimento sustentável no contexto regional**” (PNAP/BRASIL/MMA, 2006, p. 40 [grifos nosso]).

Um dos aspectos interessantes dos Mosaicos é a premissa de complementariedade entre as diferentes áreas protegidas, desde as Unidades de Conservação até as Reservas Indígenas, Corredores Ecológicos, etc., são peças fundamentais para se promover a conservação ambiental, mas também para gerar serviços e produtos. Teoricamente, as áreas protegidas, (incluindo as UCs) não são compreendidas como ilhas, espaços estanques, mas como espaços relacionais as dinâmicas territoriais adjacentes. Enfim, é uma tentativa de elevar as UCs para além do caráter normativo, isto é, politizar os recortes espaciais da natureza. Isto acontece, sobretudo, pelo fato de a política de conservação ambiental ser setorizada, deixando em segundo plano, questões

importantes referentes à conservação da natureza, como por exemplo, as formas de uso pretéritas estabelecidas nas áreas atingidas pela conservação.

Dado um conjunto de normas e orientações sobre os objetivos e as formas para se pensar os Mosaicos de Áreas Protegidas, em 2005, o Ministério do Meio Ambiente - MMA, o Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA e a Diretoria de Áreas Protegidas - DAP elaboraram o Edital 01/2005, cujo objetivo foi licitar propostas de reconhecimento de mosaicos. O edital tinha dois objetivos. Além do reconhecimento dos mosaicos, foi requerido a elaboração de Plano de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista - Plano DTBC. Deste processo licitatório foram selecionados 9 mosaicos, entre eles o MSVP.

Atendendo as demandas do Edital 01/2005, o projeto do Mosaico Sertão Veredas Peruaçu, capitaneado pela Fundação Pró-Natureza – Funatura, teve como proposta inicial os objetivos de “promover o desenvolvimento da região em bases sustentáveis e integrado ao manejo das unidades de conservação e demais áreas protegidas do Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu”. Além de “promover a implementação de práticas voltadas para o extrativismo vegetal racional, geradora de renda para os produtores e compatíveis com a proteção das unidades de conservação” e o “desenvolvimento do turismo ecocultural sustentável na região” (FUNATURA, 2008, p. 7).

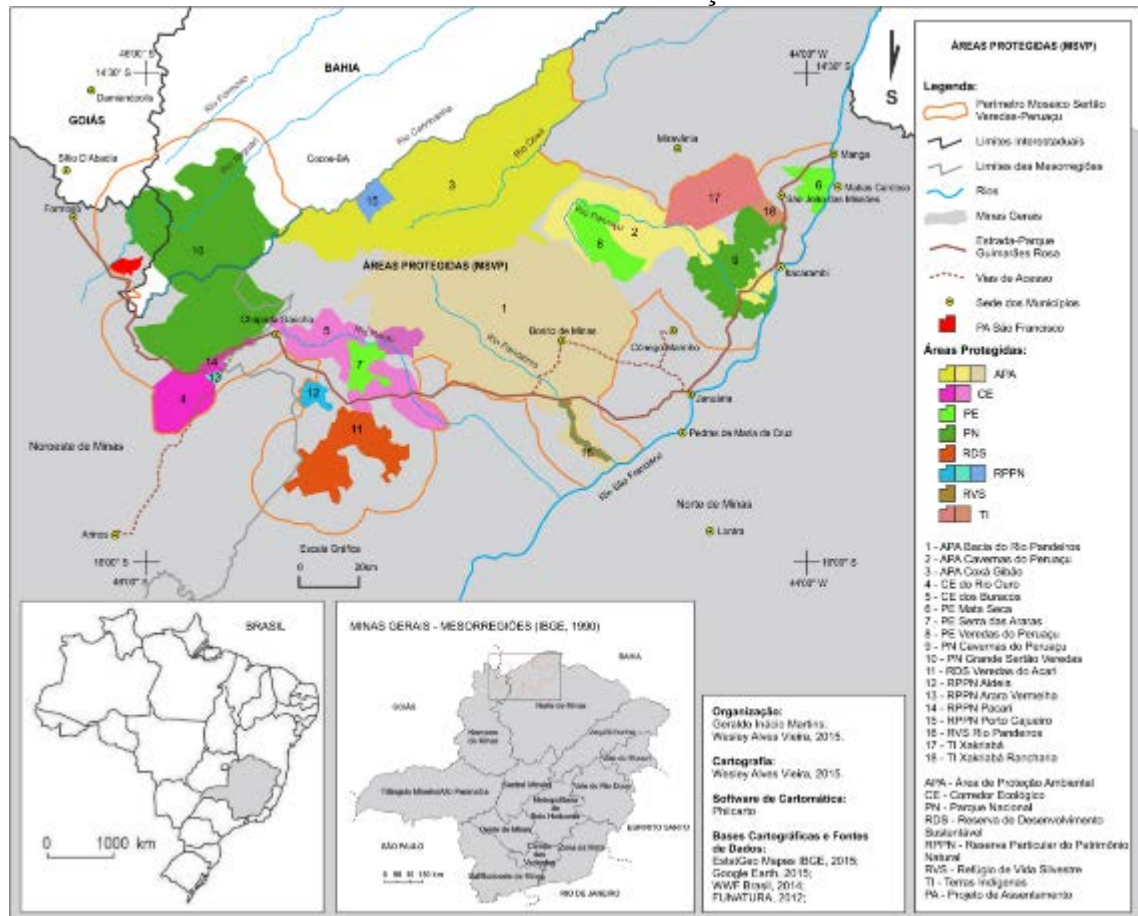
Com aprovação no Edital, o projeto inicial teve suas primeiras ações executadas ainda em 2006, mas o reconhecimento oficial ocorreu somente em 2009 por meio da Portaria do MMA de nº128, de 24 de Abril. Conforme esta Portaria, a área original do MSVP é de 1.500.000 hectares (está área foi ampliada com inserção de novas UCs no território do MSVP), abrange quatorze UCs, dentre estas há as proteção integral e uso sustentável administradas pelo Instituto Mineiro de Florestas – IEF e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO. Além de quatro Reservas Particulares do Patrimônio Natural sob a gestão de empresas e fazendeiros. O território é constituído por onze municípios, 10 no estado de Minas Gerais e um no estado da Bahia (Mapa 1).

Nesse sentido, o fio condutor do MSVP é a gestão integrada e participativa, isto é, criar mecanismos no qual tanto os gestores das UCs, as populações atingidas pela criação de unidades de proteção integral ou aquelas em unidades de uso sustentável, as comunidades do entorno, os quilombolas e os povos indígenas possam efetivamente participar/definir as estratégias de conservação. Evidentemente que compatibilizar os diversos anseios e interesses se coloca como o principal desafio na construção deste pacto para a conservação.



No que se refere à conservação da natureza e ao MSVP, a proposta dos mosaicos representa um importante avanço tanto do ponto de vista da conservação da biodiversidade, quanto do ponto de vista da integração das comunidades locais camponesas à gestão participativa. Além da conservação da biodiversidade, os mosaicos possibilitam a integração entre as diferentes UCs e evitam os processos de fragmentação de habitats.

**MAPA 1:** A composição territorial e as categorias de Unidades de Conservação do Mosaico Sertão Veredas Peruaçu



Outro ponto importante referente aos mosaicos de forma geral, e ao MSVP em específico, é a possibilidade de tratar de outro modo uma das questões mais sensíveis das políticas de conservação ambiental, a presença de comunidades no interior de áreas de conservação. A possibilidade da criação de áreas de conservação de uso sustentável, legalmente introduzida pelo SNUC, abriu um interstício no conservadorismo das políticas de conservação no que se refere a este tema. A proposta do mosaico de integrar as comunidades locais e também a sociodiversidade amplia o escopo de debate. E a ideia de que a conservação só pode ser realizada sem presença humana começa a ser minada e no lugar surgem os primeiros indícios do reconhecimento do papel destas comunidades na manutenção da diversidade biótica e abiótica

das áreas por elas apropriadas. E com a proposta de incluir as UCs, como instrumentos de desenvolvimento regional, amplia-se ainda mais esta discussão.

A fim de compreender como se estabelece a relação entre conservação e desenvolvimento territorial de base conservacionista no MSVP e, sobretudo, as implicações deste processo no ordenamento do território e sob os conflitos ambientais, o próximo item é dedicado a analisar o conceito de desenvolvimento territorial de base conservacionista.

### **Conservação da natureza e desenvolvimento territorial de base conservacionista**

Dois fatos são emblemáticos quando se coloca em questão a proposta dos Mosaicos de Áreas Protegidas em contemplar a conservação e o desenvolvimento. Primeiro é a afirmação de que estes devem contribuir com as propostas de desenvolvimento regional sustentável. É preciso dizer que a ideia de desenvolvimento (não importa os adjetivos que se acrescentem a ele) tem como premissa a exploração da natureza, tornando-a fonte do crescimento econômico e do bem estar material de parcela da população. Além disso, o desenvolvimento tal como tem sido praticado (conforme aponta Jové (2009) e Waren (2016)) aciona a ideia de produção, de consumo, nos qual o “crescimento econômico e o ‘desenvolvimento’ são quantificados e medidos de acordo com os níveis gerais de industrialização e produtividade, mas também pelos níveis de consumo (...) cada vez mais altos de energia e da natureza” (WAREN, 2016, p. 13). É implícito à ideia de desenvolvimento que a natureza nada mais é do que um domínio de exploração

Ao refletir sobre as implicações das políticas de desenvolvimento sobre as sociedades ocidentais, José Bové (2009, p. 20) lança uma questão inquietante: “o que era gratuito passou a ser pago”. Em outras palavras, a principal consequência do mito do progresso e do desenvolvimento é a “supermercantilização” de todas as coisas, da natureza à cultura, da economia às consciências, da técnica à ciência, etc. Daí advém à premissa “desfazer o desenvolvimento para refazer o mundo”.

Quando o termo desenvolvimento é colocado em questão desperta todos os tipos de paixões. Uns acreditam que a rota pode ser mudada, um desenvolvimento alternativo, sustentável, duradouro, etc., pode modificar as relações que a sociedade estabelece entre a natureza e a economia. Outros acreditam que o desenvolvimento “é um mito”, ou de modo ainda mais enfático apontam “que essa lógica do desenvolvimento é totalmente suicida. Ela recusa a olhar em volta, prossegue sem ter noção de seus atos” (BOVÉ, 2009, p. 20). Parece que a

primeira perspectiva prevalece nos ideólogos do desenvolvimento territorial de base conservacionista.

Um segundo ponto chama a atenção para os Mosaicos, o simples ato de demarcar “pedaços” do espaço geográfico com finalidade de salvaguardar parte das riquezas bióticas e abióticas de um ambiente qualquer é muito significativo. Isto revela uma dinâmica singular de controle da natureza, que busca assegurar um mínimo das riquezas ambientais diante de dinâmicas produtivas cada vez mais espoliantes (dinâmicas estas originárias das “políticas de desenvolvimento”). Revela o fato que a própria natureza se tornou uma “raridade”, um bem em disputa, isto é, a natureza deixa de ser um mero fator produtivo e entra no campo dos valores.

Nesse sentido, a ideia subjacente aos mosaicos de integrar os diferentes espaços da conservação de modo a assegurar melhores mecanismos de manejo e gestão é importante. Primeiro, porque reconhece a conservação como prática social, isto é, como inserida dentro das dinâmicas, sociais, culturais e econômicas. E dada esta característica deve ser pensada como um processo político de ordenamento do território. Segundo, a conservação que, às vezes, contribui para precarização territorial e econômica de comunidades inteiras, deve ser repensada, embora se proponha para isso a ideia “do desenvolvimento territorial de base conservacionista”.

Resta antes de prosseguirmos, indagar: qual é o sentido que “o desenvolvimento” assume na proposta dos Mosaicos de Áreas Protegidas, mais especificamente, de que maneira a questão do desenvolvimento é enfrentada pelo Plano de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista do Mosaico Sertão Veredas Peruaçu - Plano DTBC do MSVP? E como se estabelece a relação entre a conservação e o desenvolvimento? Existe uma longa história por detrás do conceito de “desenvolvimento territorial de base conservacionista”, mas a intenção aqui é resumir suas principais premissas para que possamos analisar a lógica dos conflitos que se desenvolve no seio do MSVP.

Dois documentos são importantes para a estruturação do conceito de desenvolvimento territorial de base conservacionista. O texto de Ronaldo Weigand Junior (2005) “Que es desarrollo territorial con base conservacionista” e o “Edital 01/2005 do Fundo Nacional de Meio Ambiente/Ministério do Meio Ambiente”. A partir da leitura e análise destes documentos fica claro uma premissa básica: desenvolvimento e a conservação da natureza não são atividades díspares ou conflitantes, ao contrário, podem ser complementares. Isto quer dizer que os territórios utilizados pela conservação podem tornar-se elementos essenciais na geração de “produtos e serviços para atividades que contribuam para a geração de uma economia com base conservacionista” (FNMA/MMA, 2005, p. 7).

Nesse sentido, o conceito de desenvolvimento territorial de base conservacionista pretende “estabelecer formas de associação entre desenvolvimento e conservação, estabelecendo e fortalecendo cadeias produtivo-econômicas que têm, como base, os produtos e serviços gerados pelas atividades conservacionistas”. Tais atividades econômicas devem articular às “iniciativas promotoras da gestão ecossistêmica do território, com o intuito de compatibilizar a conservação da biodiversidade, o desenvolvimento de atividades econômicas e a melhoria da qualidade de vida das populações” (FNMA/MMA, 2005, p. 7).

A primeira questão que chama atenção nestas passagens é a correlação entre desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida. Isto é, a relação de causa e efeito entre o desenvolvimento (neste caso territorial de base conservacionista) e a renda. O desenvolvimento então é tratado de forma mais redutível possível: aciona noções instrumentais como evolução, mudanças e, sobretudo, a de crescimento, ou simplesmente como acréscimo de renda. Embora os adjetivos “territorial” e “conservacionista” mude o tom conceitual, na prática os desejos permanecem o mesmo, o crescimento econômico deve ser a principal estratégia de desenvolvimento.

Se no Edital esta correlação não é diretamente textual, Weigand Junior não deixa espaços para dúvidas. Para ele, “o conceito de desenvolvimento envolve a geração de renda e melhoria da qualidade de vida, a geração de riquezas e, ao esmo tempo, sua distribuição justa e a eliminação (...) da pobreza” (WEIGAND JUNIOR, 2005, p. 2). Segundo o autor, todo modelo desenvolvimento tem uma base concreta de realização, mas isto geralmente não fica exposto. Assim, por exemplo, a indústria, a agricultura e o turismo podem ser bases para o desenvolvimento. Mas, no caso da proposta dos Mosaicos, o desenvolvimento deve pautar-se pela conservação da biodiversidade e dos processos ecológicos.

Weigand (2005, p.2) esclarece a correlação entre a conservação e o desenvolvimento quando lamenta que “(...) a conservação da natureza é frequentemente esquecida como potencial gerador de uma base econômica para o desenvolvimento do território”. Está implícito no Edital e em Weigand (2005) duas tentativas de redimensionar os conceitos. No lugar da conservação como espaço estanque e prática antagônica ao desenvolvimento, passa-se a considerá-la como elemento de dinamização econômica e territorial. No lugar do desenvolvimento enquanto atividade espoliativa da natureza e dos homens consideram-no como meio para se atingir a conservação da biodiversidade e dos processos ecológicos.

A segunda questão importante das passagens citadas refere-se à temática das “cadeias produtivas e econômicas” que podem contribuir para o desenvolvimento territorial de base



conservacionista. O Edital não deixa claro quais as atividades podem ser consideradas “conservacionistas”, mas o texto de Weigand ao se indagar “quais são as bases para o desenvolvimento” esclarece e complementa estes pontos. Para ele, a conservação gera produtos e serviços que se bem geridos podem contribuir significativamente para o desenvolvimento. Para isto, é preciso pensar as UCs (de uso sustentável e proteção integral) dentro de uma visão estratégica que limita as práticas de desenvolvimento mais espoliativas, como por exemplo, mineração, atividades industriais e agropecuárias intensivas; e potencializam as atividades sustentáveis, tal como o ecoturismo, extrativismo, etc.

O desenvolvimento territorial de base conservacionista tem como “base” produtos e serviços, tais como: (a) conservação da biodiversidade genética de espécies; (b) proteção dos recursos hídricos; (c) manutenção dos ecossistemas que abrigam espécies de valor comercial; (d) manutenção da beleza cênica dos lugares; (e) sequestro de carbono; (f) atividades que contribuem para a sustentabilidade dos meios de vida e conhecimentos tradicionais. Aparecem entre estas estratégias desde propostas para bioprospecção, identificação de princípios ativos, manipulação genética, pesquisa científica, até alternativas como o turismo sustentável, extrativismo, comércio de carbono, etc. Conforme Weigand Junior (2005, p. 3[Grifos meus]), os desafios são claros. Primeiro, “porque temos que gerar renda a partir de atividades normalmente vistas como gastos”, segundo, porque **“estas devem trazer remuneração e renda para as populações do território (...) com competitividade**, se comparada a outras bases, como a pecuária”. Cada proposta de reconhecimento dos mosaicos absorve estas indicações conforme as “potencialidades” locais.

O desenvolvimento territorial de base conservacionista conforme proposto pelo Edital 01/2005 e Weigand Junior (2005) carrega consigo velhos e novos problemas. Em primeiro lugar, está implícita a ideia de linearidade, isto é, um antes (subdesenvolvido) e um depois, o desejado (desenvolvido), há a dualidade desenvolvido/subdesenvolvido, avançado/atrasado. Conforme mostra Acosta (2015) estes princípios vêm historicamente mobilizando nações e povos em todos os lugares que fazem todos os sacrifícios para adaptar-se, desenvolver-se. Ao propor velhos temas com “ares” de novidades, não se questionam se há outros modos de vida alternativos e outros mecanismos para se engajar populações e conservação.

O sobrenome “conservacionista” não aboliu todo o conteúdo ideológico do desenvolvimento. No plano mais geral, conforme aponta Acosta (2015) o revisionismo tem o intuito de salvar e reoperacionlizar o ideal fracassado. Acrescentam-se adjetivos, mas a ideia de base continua: aumento de rendas e consumo material. Pouco se questiona que isso significa a transferência de riquezas, a espoliação de modos de vida, etc. É claro, o desenvolvimento

territorial de base conservacionista subjacente aos mosaicos pretende o inverso, a questão que permanece: é possível fugir do esquema extrativo de exportação das riquezas naturais? Para responder está questão é preciso adentrar aos conflitos que se desenrolam no território do MSVP. Para isto, uma análise empírica é imprescindível. Esta é a intenção do próximo item.

### Quadro socioambiental da região do Mosaico Sertão Veredas Peruaçu

Para se compreender a conflitualidade, sobretudo, em torno dos usos da natureza no MSVP é preciso um olhar histórico, sobretudo, sobre as políticas de desenvolvimento conduzidas na segunda metade do século XX e início do século XXI, justamente porque estas se deram sob a lógica intensiva do uso dos recursos ecológicos. O crédito, os projetos de assentamento, o desmatamento para os monocultivos e para o reflorestamento são os principais “agentes do desenvolvimento”. São eles também que solidificam as transformações ambientais na região do MSVP.

Ao apropriar privadamente da natureza e, ao mesmo tempo, destruir a base de sustentação de inúmeras comunidades surge a principal fonte dos conflitos ambientais, sobretudo, os conflitos em torno do território e de seus recursos. Para verificar isso é preciso observar o quadro histórico deste processo, a citação de uma parte de uma entrevista de campo é fundamental nesse sentido:

**[Fragmento 1]** (...) Nosso território que é o mosaico é um território que tem cerca de 1 milhão e 500 mil hectares e a **partir da década de 1970 começou a entrar também nesse desenvolvimento do Cerrado, também os grandes agricultores dos monocultivos ocuparam aqui, produtores que vieram do sul do país.** Uma parte deles se instalou aqui na Chapada Gaúcha, outra lá no outro lado no Ipiratinga (...) **são as regiões que já tem esses grandes monocultivos e em 2012 representa 20% do território do mosaico.**

Nos enunciados em destaque, a primeira questão a se notar é o processo de rememoração do passado. O sujeito enunciator busca na história as explicações para os conflitos ambientais em torno da expansão do agronegócio. Desde a década de 1970, com a imigração gaúcha via projetos de Assentamento, instaurou-se na região uma nova racionalidade no qual a natureza torna-se o principal mote de ação. Apesar da intensidade deste processo, “a região ainda é bem conservada”, informa o enunciator, mas esta condição modifica-se em grande intensidade e, atualmente cerca “20%” das áreas sob a influência do MSVP foram convertidas em pastagens, produção de soja ou café.

Os dêiticos espaciais têm uma função discursiva importante, delimita períodos e dá conteúdo as ações desenvolvidas. Os dêiticos temporais são complementados por referências espaciais, “fronteira, configuração do mosaico e região”. Estes permitem identificar o lugar de onde enuncia (a partir de um olhar sobre a conservação da natureza), bem como, a sua leitura dos processos entorno da conservação e dos conflitos com a expansão do agronegócio.

Ao recorrer à memória histórica, o sujeito procede também a reatualizações dos processos de constituição da região do MSVP – “é essa a configuração toda que está aí”. Em seguida, o enunciador informa as contradições desta configuração:

**[Fragmento 2]** (...) então são ações que a gente precisa levar conta e precisamos discutir de forma responsável, **de forma com que ninguém aqui está querendo acabar com o agronegócio, o que queremos é que ele seja feito de forma mais organizada, mais responsável e o que vemos aqui é uma grande operação onde floresta em uma fazenda está sendo destruída sem nenhuma autorização do IEF e estão desmatando tudo.**

**[Fragmento 3]** Mas, a questão do agronegócio, achamos que tem que ter uma forma de trabalhar no agronegócio mais respeitoso ao meio ambiente. Por exemplo, os monocultivos que são muito extensos poderiam ser permeados entre eles por faixas de cerrados, corredores ecológicos. (...) mas é difícil ter um debate de forma responsável para tentar resolver esse problema, o que sempre escutamos é que estamos tentando atrapalhar a vida deles (...)

Parece-nos que o agronegócio e sua expansão nas últimas décadas é o principal agente de dissenso na região do MSVP (isto, evidentemente, considerando a posição de sujeito deste enunciador específico). A utilização excessiva de agrotóxico, mesmo nas proximidades das cidades é um bom indicativo deste processo. Um segundo indicativo está nas referências ao enunciado “respeito”. A conclusão que a análise deste enunciado permite é a seguinte: o agronegócio é uma realidade, não há condições para contestação; diante disso, é preciso criar mecanismos de minimização dos efeitos negativos, como por exemplo, com a criação de “faixas de cerrados, corredores ecológicos” e regulamentação do uso dos agrotóxicos. Apesar do tom consensual do fragmento, nele está latente uma das dimensões dos conflitos ambientais da região do MSVP. A análise dos depoimentos a seguir caminha nesta direção:

**[Fragmento 4]** Os principais problemas com essa ocupação, o desmatamento que é induzido pela expansão da fronteira agrícola, pela exploração do carvão, pela construção de hidrelétricas (...).

**[Fragmento 5]** A questão do agronegócio faz essa transformação rápida do território, mas junto dele vem uma série de questões, um pacote de muito agrotóxico, sementes transgênicas, a forma de colheita do capim, a poluição física do ar por causa dos tratores, então isso tudo gera uma poluição (...).

**[Fragmento 6]** São problemas acarretados pelo agronegócio que está levando a diminuição de recursos, porque tem desmatamento de veredas, desmatamento de porta de chapada(...)

**[Fragmento 7]** (...) O agronegócio chega e realmente transforma a paisagem de forma drástica (...).

O discurso em análise vem repleto de termos referentes às contradições entre a sociedade e a natureza na região do MSVP. À medida que enuncia as contradições, novos elementos surgem como justificativas para explicar os conflitos. O agronegócio impõe transformações rápidas à paisagem, isto é, à medida que a diversidade do Cerrado é convertida em monocultivos, um novo padrão paisagístico surge. Este processo de conversão da mata nativa em pastagens ou monocultivos é por si o agente de grandes transformações, mas atrelado a ele outras transformações advém, sobretudo, com a inserção cada vez mais intensa de produtos químicos e/ou resultante destes: agrotóxicos, sementes transgênicas, poeira na colheita da semente de capim, etc.

Há mais um conjunto de dados importantes que indicam o quadro geral de uma conflitualidade na região do MSVP, aqueles referentes ao avanço do desmatamento. Estes dados foram divulgados pela Funatura e ajuda-nos a compreender este processo descrito em algumas passagens de entrevistas. Conforme a Funatura (2012), em 2002, a vegetação nativa cobria aproximadamente 55,73% da região do MSVP, mas este número diminuiu para 51,54% em 2008. Em números absolutos, a cobertura vegetal foi reduzida de 1.136.521 km<sup>2</sup> para 1.051.182 km<sup>2</sup> entre 2002 a 2008, o valor médio desta redução anual é de 14.179 km<sup>2</sup>. Os indicadores de 2009 demonstram uma nova redução, a área coberta com mata nativa na biorregião representava então 51,16%, valores que diminuíram em 2010 para 50,84%. Estes números indicam uma redução absoluta de 1.043.346 km<sup>2</sup> para 1.036.877 km<sup>2</sup>, ou seja, 6.469 km<sup>2</sup> suprimidos, uma redução de 0,32% entre 2009 e 2010 (FUNATURA, 2012, p. 13).

Quando se trata das Ucs, sobretudo, as de desenvolvimento sustentável, os dados revelam um processo semelhante. Segundo a Funatura (2012, p. 13), até o primeiro semestre de 2012, “o desmatamento acumulado no território foi na ordem de 281.025 hectares, quase 15% da área total”. Do total das áreas desmatadas, 90,83% do total ocorreram entre os anos de 2002 a 2007; 1,99 % ocorreram em 2008 e 7,18% em 2009, conforme a tabela 1.

**Tabela 1:** Desmatamento acumulado por ano na biorregião do MSVP

Ano	Desmatamento/ha	% Desmatado	% Mosaico
2002 a 2007	255.262	90,83%	13,54%
2008	5.582	1,99%	0,30%
2009	20.182	7,78%	1,07 %
Total	281.025	100%	14,91 %

Fonte: Relatórios/IBAMA, CSR 2009 e 2011.

Org.: Funatura, 2012.

Adp. MARTINS, G.I., 2015.

Conforme podemos observar na tabela 1, quase 15 % da vegetação nativa do MSVP foi desmatada em apenas 7 anos. Em grande parte, estes desmatamentos devem-se a retomada dos monocultivos de eucalipto, sobretudo, nas Áreas de Proteção Ambiental de Cochá e Gibão e Pandeiros. De um lado, o desmatamento permite questionar o próprio funcionamento dessas APAs enquanto indutoras de práticas mais sustentáveis, apesar de sua importância do ponto de vista econômico e social, sobretudo, para as comunidades camponesas. Do outro, revela a ineficiência do Estado em consolidar tais espaços e destiná-los aos fins para os quais foram criados. Além dos problemas ecológicos advindos com o desmatamento, os eixos de desenvolvimento do extrativismo sustentável sofre impactos, considerando, sobretudo, a necessidade do Cerrado em pé para as práticas do extrativismo.

Quando se trata de desmatamentos, sobretudo, dado a intensidade com qual se desenvolve, carece-se de dados mais atualizados. Estes, porém, não estão disponíveis. Há indicativos da situação, mais de forma muito esparsa na grande Imprensa, no Jornal Estado de Minas, por exemplo, cujos títulos das reportagens são: 1- “Áreas do Norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha correm risco de desertificação”; 2- “Devastação agrava a falta de água no Norte de Minas Gerais”; 3- “No Norte de Minas, corte de matas é feito apenas para liberar terreno”. Os títulos são sintomáticos, neles estão expressos as consequências do avanço do desmatamento, mas é preciso adentrar em seu conteúdo.

O cenário descrito pela primeira reportagem é o seguinte: o foco do desmatamento é, sobretudo às margens dos grandes rios, áreas mais conservadas até recentemente; a intensidade deste processo tem como consequência provável o processo de “desertificação”. Especificamente para a região do MSVP, “região vista como fronteira agrícola”, produtores “recorre[m] a tratores e equipamentos pesados, com vestígios até do uso de ‘correntão’, prática de desmatamento que provoca sérios danos por arrancar pela raiz” (ESTADO DE MINAS, 2015, s/p).

Além disso, as reportagens trazem dados mais atualizados sobre o desmatamento. Nesse sentido, os “registros do sistema de monitoramento do IEF revelam que, em dois anos, entre maio de 2013 e de 2015, foram desmatados 25.468 hectares de Cerrado”. E mais, há uma mudança no padrão de desmatamento, se outrora primeiramente a vegetação nativa era transformada em carvão e somente em seguida o solo convertido em monoculturas. Atualmente, dado a queda do preço do produto e com o avanço da fiscalização, a atividade deixou de ser atrativa. “Mas o desmatamento continuou para plantação de eucalipto (...). ‘Os proprietários estão derrubando a vegetação nativa com interesse exclusivo de ‘limpar a área’. Como a



produção de carvão não é mais atrativa, **eles enterram o material lenhoso**” (ESTADO DE MINAS, 2015, s/p [grifos nosso]).

Dos 25.468 hectares desmatados entre 2013 e 2015, “4,2 mil hectares de desmatamento ilegal [aconteceram] na Área de Proteção Ambiental (APA) do Rio Pandeiros” pertencente ao território do MSV. Além disso, na “área próxima às margens do Rio Pandeiros, a fiscalização localizou uma área de desmate de 250 hectares, onde estava sendo feito o plantio de eucalipto, sem licença ambiental” no qual “foi constatada a derrubada de 130 pequizeiros, árvore símbolo do cerrado, imune de corte” (ESTADO DE MINAS, 2015, s/p). A conclusão decorrente destes dados é que os processos identificados pela Funatura entre 2002 e 2009 se expandiram e ganharam novas nuances.

A grande questão subjacente aos dados relativos ao desmatamento diz respeito justamente a distribuição ecológica relativa dos recursos. Isto é, boa parte dos dados apontados refere-se a um setor particular ao agronegócio, seja ele ligado a produção de soja e capim, seja ligado aos monocultivos de eucalipto. Em outras palavras, a questão distribuição relativa dos recursos é latente, pois quem controla e usa os recursos de forma exarceba é, sobretudo, o agronegócio. Isto está expresso tanto nos depoimentos quanto nos dados apresentados. O agronegócio, em suas muitas manifestações, não consome apenas o espaço ambiental que lhe é subjacente, isto é, o lugar no qual ele se materializa, ele consome outros espaços ambientais, sobretudo, das comunidades camponesas.

Além da transformação física da paisagem, em tempos recentes, sobretudo, com o uso de produtos químicos proibidos, às águas também entram no limbo das transformações. Conforme um dos entrevistados, “recentemente, em análise feita no rio Pardo, que é um rio muito importante que passa e vai para o rio São Francisco, ele foi poluído com alguns elementos, inclusive **elementos proibidos, uma coisa absurda, tem gente usando DDT (...)**” [Fragmento 8]. A presença de diclorodifeniltricloroetano-DDT no rio Pardo, responsável pelo abastecimento de comunidades camponesas é o outro indicativo dos conflitos sob o prisma da distribuição desigual dos recursos, sobretudo, porque nesse “**rio tem comunidades tradicionais que estão bebendo água dele**”. O conflito em torno da água não se restringe a poluição química, com avanço do desmatamento sobre áreas de Veredas e mesmo sobre as Chapadas diminui a vazão dos rios, criando novas contradições. Isto pode ser observado no fragmento 9 e 10:

**[Fragmento 9] Estamos em falta de água, moramos no Barranco do [rio] Carinhanha, (...) mas no Carinhanha se você entrar [no rio] dá no meio da canela.(...)nós lavamos roupas lá em cima dessas pedras e hoje nós estamos aqui dentro da margem do rio...por que que essas coisas fez assim? Por que os povos que vieram desmataram as cabeceiras, abriram porto e fizeram desmato, seu coronel comprou o direito lá, fez o desmato na beira do rio(...).**

**[Fragmento 10] O rio Carinhanha que está com menos água do que já teve historicamente, o desmatamento de veredas e do desmatamento de cabeceiras, essas práticas somadas vão diminuindo a quantidade de água.**

Nos fragmentos em análise, diferentes temporalidades se coadunam. Primeiramente, o enunciador recorre a memória para informar as condições ambientais e as estratégias sociais de apropriação da natureza em tempos préteritos. De forma geral, fica em evidência o contraste entre um tempo passado, de recursos fartos e disponíveis a todos, e o tempo presente, de recursos escassos e cada vez mais restritos aos não-proprietários. Opondo-se no discurso, o enunciador contrapõem diferentes momentos históricos, que resultam, evidentemente, em formas distintas de apropriação da natureza. Para além da construção discursiva, as formas do discurso, é preciso notar o conteúdo da narrativa.

Na segunda parte do depoimento há uma conclusão muito sóbria: apesar de a natureza ser apropriada privadamente, às comunidades camponesas sobram os riscos (água contaminada) e os efeitos ambientais (a diminuição da vazão dos rios), ou melhor, os custos ambientais desta apropriação privada são distribuídos de forma desigual, impactando, sobretudo, aquelas comunidades que dependem de tais recursos. Apesar da apropriação privada, os custos ambientais são coletivos e afetam uns mais do que outros. A distribuição desigual dos efeitos negativos tem relação direta com a capacidade econômica e social de cada grupo em minimizar ou escapar das situações que lhe são impostas.

Há questões de fundo nos fragmentos em destaque, pois neles estão expressas as lógicas distintas de apropriar e significar a natureza: o modo camponês e o modo estrangeiro do agronegócio. Apesar de ser a mesma base material, o Cerrado, cada grupo atribui a ele um sentido, um mais utilitário, o outro mais simbólico funcional. Há uma percepção de mudança que, na concretude do discurso, ganha tons de denúncia, denúncia relativa aos direitos de certos sujeitos sociais prevalecerem sobre os outros. Diante disso, o sujeito enunciador indaga: “Será que podemos passar em cima de todo mundo aqui?” Indicando o imperativo da propriedade privada sobre a lógica dos direitos coletivos. É dessa lógica de direitos consuetudinários e dos direitos capitalistas sobre a propriedade e seus recursos, do confronto entre elas, que emergem as conflitualidades da região do MSVP.

Diante deste quadro socioambiental de conflitos a questão é: como conciliar práticas tradicionais de extrativismo com a expansão do processo de desmatamento e poluição de rios, veredas e encostas? Pode-se falar em desenvolvimento de base conservacionista nestas condições?

## **Extrativismo sustentável e o turismo cultural: as bases do “desenvolvimento territorial de base conservacionista” no MSVP**

Os dois eixos escolhidos como estratégicos para o desenvolvimento territorial de base conservacionista no MSVP remetem diretamente ao uso da natureza: extrativismo e turismo ecocultural. Por que estes eixos e se eles podem realmente contribuir para modificar às lógicas espoliativas da natureza é a questão subjacente a este item. A primeira questão a se chamar a atenção é sobre a proposta de tornar o extrativismo como eixo de “desenvolvimento”, considerando que tal atividade é, historicamente, importante na reprodução dos modos de vida das comunidades camponesas regionais. O extrativismo é uma atividade complementar a agricultura e a pecuária entre as muitas comunidades camponesas dos rincões do território do MSVP. Ele é um dos meios pelos quais as comunidades realizam o manejo concreto do ambiente e, para tal, fazem uso de conhecimentos profundos sobre a flora e fauna do Cerrado.

Conforme expressa o Plano DTBC, “a prática extrativista vegetal já vem de longa data, e o lugar-comum que geralmente é mencionado é o uso dos frutos do Cerrado por índios que habitavam a região, para alimentação e manutenção do seu modo de vida” (FUNATURA, 2008, p. 22). Este modo tradicional de apropriar e manejar a natureza foram incorporados às gramáticas sociais das comunidades camponesas que, aliado a agricultura e a pecuária extensiva, formava um complexo econômico importante. Deste modo, dado às condições ambientais, e dado os sistemas econômicos adaptados a estes, há um conjunto de interdependências entre comunidades e natureza.

Considerando que o extrativismo tem como pressuposto básico a manutenção da capacidade de resiliência dos ambientes, portanto, a conservação e a preservação das áreas utilizadas para tal fim tornam-se consequência. Nesse sentido, ao manter o Cerrado em pé e gerar renda e trabalho para as comunidades, mantém-se também capacidade de captação de água do solo e dos mananciais; além disso, contribui no controle da erosão e conservação do solo. Em outras palavras, há uma série de serviços ambientais diretamente ligados às práticas de extrativismo que, geralmente, não entra nos cálculos econômicos.

Todas estas práticas extrativistas devem ser pensadas dentro de padrões de manejo sustentáveis. Embora haja “crescente exploração dos frutos do Cerrado, não se verifica o desenvolvimento de estudos ecológicos que avaliem o impacto da extração sobre as populações naturais”. Esta carência de estudos, sobretudo, no que se refere à capacidade de carga dos ambientes pode colocar em risco a sustentabilidade do extrativismo. Por isso, em termos de precaução, “a coleta dos frutos deve ser feita garantindo a reprodução natural e alimentação para

a fauna” (FUNATURA, 2008, p. 24). Isto é, a exploração do ambiente não pode comprometer a sua capacidade de auto-organização. Isto se deve primeiramente aos princípios de sustentabilidade e prudência ecológica subjacente a este eixo de desenvolvimento, mas também de sustentabilidade econômica, pois ao garantir a capacidade de resiliência dos ambientes, garante também longevidade das práticas extrativas.

Nesse sentido, este eixo de desenvolvimento tem características ímpares, as ações previstas revelam um misto de aperfeiçoamento técnico, capacitação, infraestrutura e assistência técnica, com programas de natureza mais organizacional, visitas de intercâmbio e organização comunitária. Paralelo e complementar a estes, a educação ambiental, cuja função nestes programas é demonstrar a importância do patrimônio ambiental e de sua preservação. Cada programa visa aprimorar determinada fase ou aspecto do extrativismo, consolidando e dando novas dinâmicas a produção, enfim, visa aperfeiçoar toda a cadeia produtiva – da colheita, ao beneficiamento e à comercialização.

Estes elementos ajudam-nos a entender a escolha do extrativismo enquanto eixo de desenvolvimento: a) é uma prática muito comum entre as várias comunidades do território do MSVP; b) fomentá-la exige pouco investimento de recursos financeiros; c) o extrativismo não entra em conflito direto com a conservação da natureza por meio do estabelecimento das UCs; d) o extrativismo produz uma série de serviços ambientais não monetarizados; e) criar infraestruturas básicas e fomentá-lo ajuda na melhoria da renda das famílias camponesas; f) investir no extrativismo é também garantir o potencial para o turismo ecocultural de base comunitária. Enfim, é apostar naquilo que é mais singular no território enquanto possibilidade de desenvolvimento.

Para atingir tais fins, o Plano DTBC coloca metas e programas para superar um conjunto de dificuldades na exploração de modo sustentável e economicamente viável do Cerrado. Entre elas, conforme o Plano DTBC, “a falta de apoio às comunidades”, sobretudo, no que se referem às “oportunidades de acesso a conhecimentos sobre técnicas, processos, instrumentos e estrutura apropriada e sustentável para a coleta e beneficiamento dos frutos e seus derivados”. Outros problemas são citados, como as dificuldades de escoamento da produção, superexploração das áreas, além do fato de que na maioria das atividades são realizadas em terras alheias (FUNATURA, 2008, p. 24).

O segundo eixo de desenvolvimento pretende a criação de infraestruturas, roteiros e produtos turísticos na região do MSVP. Nesse sentido, a compreensão inicial do Plano DTBC é de que o “turismo ecocultural é um segmento turístico composto dos elementos da natureza e da

cultura em sua formação”. O turista desta modalidade procura “comprar serviços” que permita “contemplar, conviver, usufruir, aprender e intercambiar” com/e dos patrimônios culturais e naturais (FUNATURA, 2008, p. 33). A região do MSVP tem potencialidade para esta atividade, pois além das riquezas naturais representadas em suas UCs, cavernas, grutas, lapas, veredas, rios etc., conta também com diversidade cultural e religiosa, padrão culinário típico, enfim, todo um amalgama cultural riquíssimo em manifestações.

Em síntese, a proposta do Plano DTBC para o turismo ecocultural se divide em três seguimentos: a) capacitação e educação ecocultural por meio de cursos, oficinas e do Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas; subjaz a esta proposta, a formação de guias turísticos, orientar as comunidades e demais interessados sobre as oportunidades ligadas ao turismo; b) provimento de infraestruturas com a proposta de pousadas comunitárias; c) a criação de um produto turístico no qual a elaboração de roteiros com as riquezas culturais e naturais, a elaboração e reconhecimento da Estrada-Parque Guimarães Rosa ganham destaque.

Assim como no eixo extrativismo em bases sustentáveis, algumas ações planejadas para o eixo de turismo ecocultural ganharam concretude, sobretudo, com as parcerias formadas e com o financiamento de fundos públicos. Os recursos destinados pelo FNMA, em parceria com Fundo Socioeconômico da Caixa, para execução dos eixos de desenvolvimento do Plano DTBC somam um montante aproximado de 4 milhões de reais.

A questão que permanece em aberto é: o turismo ecocultural em bases comunitárias e o extrativismo são suficientes para gerar empoderamento das comunidades camponesas e induzir práticas mais sustentáveis de uso e apropriação da natureza? Ao tentar responder esta questão fica patente que o Plano DTBC e as ações empreendidas em seu bojo sofrem do pecado da origem, foi formatado por um Edital, desenvolvido com ONGs de natureza muito distintas. Isto explica em partes suas limitações e deixa em evidencia contradições, contradições, aliás, que impõe limites claros a sua eficácia enquanto agente de promoção de um modelo alternativo de desenvolvimento.

A primeira destas contradições a se destacar é a parcialidade deste plano: ele é pensado para um segmento específico da região MSVP, os camponeses, mas deixa de tratar do agronegócio, das grandes propriedades. Em outras palavras, o Plano DTBC embora se defina enquanto estratégia de planejamento (absorve inclusive diretrizes do planejamento biorregional) e desenvolvimento para o MSVP enquanto totalidade, os seus eixos de desenvolvimento estão voltados somente para as comunidades camponesas. À primeira vista esta parece ser uma das qualidades importantes do Plano DTBC, afinal de contas, as comunidades camponesas nunca são



contempladas em planos ou projetos de desenvolvimento. Mas, basta aprofundar as análises para que as contradições deste processo se desvelem.

Um bom exemplo disso se encontra no próprio Plano DTBC que, ao descrever as principais ameaças a conservação do Cerrado no âmbito do MSVP, destaca que “as atividades que caracterizam o agronegócio e a produção de carvão são, por sua natureza, altamente impactantes ao Cerrado” (FUNATURA, 2008, p.16). Em linhas posteriores, acrescenta que “nas áreas onde não há os grandes monocultivos, o padrão de uso do solo adotado pelos agricultores familiares refere-se à criação extensiva (...), nestas áreas é comum à utilização do fogo para renovação das pastagens” (FUNATURA, 2008, p.16). Pelo padrão discursivo adotado, ambos os modelos de uso e gestão da natureza produzem impactos, ambos podem solapar as estratégias de conservação.

Essas explicações tocam em problemas importantes – é preciso criar mecanismos para assegurar o manejo mais adequado do Cerrado – mas o que se nota no Plano DTBC é a construção de uma dicotomia. Isto é, apesar de em termos de escala e intensidade, os impactos advindos do agronegócio ser superiores àqueles da agricultura familiar camponesa, o foco do Plano DTBC não é o agronegócio. Não se nota nenhum projeto ou programa a fim de discutir a questão do desmatamento, para repensar a questão do licenciamento ambiental para o cultivo de eucalipto e pinus, a fim de analisar o avanço dos monocultivos de soja e capim. Isto porque estas questões fogem ao campo do Edital, mas também da capacidade técnica, econômica e política das ONGs que conduzem o Plano DTBC em levantar tais questões e propor medidas de transformação.

Sob este ângulo encontramos o primeiro limite do Plano DTBC, a incapacidade de intervenções que modifiquem de forma estrutural a lógica de apropriação e uso da natureza, elemento essencial para dirimir os conflitos ambientais. As ações não buscam alterar as dinâmicas de degradação do ambiente, busca apenas encontrar medidas mais “sustentáveis” para tal modelo expropriativo. O planejamento é, sem sombra de dúvidas, um instrumento necessário aos muitos usos e apropriação da natureza. Acontece que o Plano DTBC é um modelo de planejamento parcial, embora, discursivamente, as diretrizes teóricas adotadas neguem isso. Embora o aproveitamento sustentável da biodiversidade do Cerrado por meio do extrativismo signifique ativar a memória e os saberes bioculturais das comunidades camponesas, e criar estratégias para integrá-las as estratégias de desenvolvimento, todo este trabalho é parcialmente inócuo diante de um quadro expropriativo maior, como aquele imposto por meio do agronegócio.

Parece que as ações empreendidas no âmbito do Plano DTBC, no âmbito do Conselho Consultivo são isoladas dos demais processos políticos e econômicos desenvolvidos na região. Este isolamento pode ser notado inclusive na “Avaliação de Efetividade de Mosaicos de Unidades de Conservação”, elaborada pela WWF. Alguns indicadores apresentados foram considerados não efetivos, como por exemplo, a atuação do Conselho nos processos de licenciamento ambiental da região, na alocação dos recursos advindos de compensação ambiental e se os objetivos do mosaico são considerados em programas e políticas de desenvolvimento para região (WWF, 2015).

Isto pode ser explicado se considerarmos alguns problemas fundamentais do Plano DTBC. Ele não dialoga com outras formas de planejamento: zoneamentos, planos diretores, etc. Concorre para aprofundar este quadro, a divisão política da biorregião, embora haja uma unidade ambiental, histórica e cultural, não há uma unidade política, e o Plano DTBC seja por meio do Conselho ou pelos eixos de desenvolvimento não consegue construir esta unidade.

Em outras palavras, a gestão e o planejamento dos mosaicos não devem ocorrer de forma isolada e setORIZADA. É preciso criar um ambiente de encadeamento das diversas formas de ordenamento e gestão do território. Esta não é a característica do Plano DTBC, nele somente as UCs ganham relevância, mas outros mecanismos, como por exemplo, Planos Diretores das Cidades, os Comitês de Bacias Hidrográficas, etc., não são nem mencionados. Isto revela mais uma vez a parcialidade deste plano de desenvolvimento, e coloca em evidência os seus limites.

Para Sérgio U. S. Jatobá (2006, p. 24) há uma relação direta entre “alterações ambientais cotidianas e também episódicas” e o reforço das “desigualdades sociais e econômicas já existentes entre atores sociais”. Se os efeitos negativos sobre a natureza, por um lado, tende a “diminuir ainda mais o poder e os recursos dos atores marginalizados”, por outro, “aumentam simultaneamente o poder e os recursos dos atores dominantes”. Impor-se contra este ciclo vicioso é fundamental para se pensar a questão da equidade, da justiça, mas também para se repensar a função da natureza dos projetos de desenvolvimento. Por não se impor diretamente contra os agentes da degradação das condições ambientais que são base para o extrativismo e o turismo ecocultural, o Plano DTBC é sustentado por uma concepção ecológica reformista, uma concepção econômica conservadora.

### **Considerações**

Analistas tanto de políticas ambientais quanto das estratégias de conservação a muito apontam que é preciso pensar a escala dos processos biológicos, e que espaços de conservação

envoltos ou ilhados de processos degradativos podem não atingir os objetivos para os quais foram criados. Em outros termos, é preciso pensar o encadeamento dos processos ecológicos, a conexão entre os espaços de conservação com aqueles não destinados a este fim, isto é, contextualizar a conservação dentro de um quadro geográfico e histórico.

Analizamos uma destas estratégias ao longo deste texto, quando descrevemos a questão dos conflitos ambientais na região do MSVP, bem como, as propostas de desenvolvimento subjacente a proposta dos planos de desenvolvimento do mosaico. Em seguida, descrevemos o quadro socioambiental, os conflitos e os agentes envolvidos no uso e apropriação da natureza, sobretudo, as dinâmicas que envolvem desde a expulsão de camponeses de seus territórios, o enfraquecimento de suas práticas econômicas até fenômenos de contaminação dos leitos de rios e córregos, desmatamento, etc. Por fim, discutimos a proposta do MSVP de envolver desenvolvimento sustentável, conservação da natureza e práticas alternativas de produção por meio do extrativismo e turismo ecocultural.

### Referências

ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar mundos**. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Editora Elefante, 2015.

BRASIL. **Sistema nacional de unidades de conservação da Natureza-SNUC**. Lei 9985 de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4340 de 22 de agosto de 2002. Ed. Aumentada. Brasília: MMA/SBF, 2000.

BRASIL. **Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Decreto nº. 4340 de 22 de agosto de 2002. Ed. Aumentada. Brasília: MMA/SBF, 2000-2002.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP**. Decreto nº 5.758, de 13 de Abril de 2006. Brasília: MMA, 2006.

BOVÉ, José. Precisamos acabar com a ideologia do progresso. In: **Desfazer o desenvolvimento para refazer o mundo**. Tradução de José Maria de Almeida. Cidade Nova: São Paulo, 2009.p.19-22

ESTADO DE MINAS. No Norte de Minas, corte de matas é feito apenas para liberar terreno. Disponível em: <<[http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/08/03/interna\\_gerais,674599/no-norte-de-minas-corte-de-matas-e-feito-apenas-para-liberar-terreno.shtml](http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/08/03/interna_gerais,674599/no-norte-de-minas-corte-de-matas-e-feito-apenas-para-liberar-terreno.shtml)>>. Acesso em: 29 de Julho de 2015.

FUNATURA. **Plano de desenvolvimento territorial de base conservacionista**. Brasília: Funatura, 2008.

\_\_\_\_\_. **Plano de desenvolvimento territorial de base conservacionista.** Brasília: Funatura, 2008.

\_\_\_\_\_. **Estrada-Parque Guimaraes Rosa:** Proposta de reconhecimento oficial. ESPÍRITO SANTO, C.V.; MOSCOSO, M.C (Org.). Brasília-DF: Funatura/ISPN/União Europeia, 2012.

JATOBÁ, Sérgio Ulisses Silva. **Gestão do território e a produção da siconatureza nas ilhas do Lago de Tucuruí na Amazônia brasileira.** 2006. 318 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável)- CDS/UNB, Brasília, 2006

MMA/FNMA. **Edital nº. 01/2005.** Mosaicos de Áreas Protegidas: uma estratégia de desenvolvimento territorial com base conservacionista. MMA/ FNMA: Brasília, 2005.

WAHREN, Juan. La naturaleza en disputa en América Latina: la encrucijada civilizatoria entre el “desarrollo” y el “buen vivir” desde una mirada decolonial. **Revista de Geografia,** Recife, v 33, n. 3, p. 6-28, 2016.

WEIGAND JR., Ronald. **Que es desarrollo con base conservacionista.** Brasília: MMA, 2005.